



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de História
Curso de Licenciatura em História

Monique Marinho

**CARLOS LACERDA E AS CRÍTICAS AO PROJETO DE CRIAÇÃO DA
PETROBRAS**

Brasília/DF
Julho de 2017

Monique Marinho

**CARLOS LACERDA E AS CRÍTICAS AO PROJETO DE CRIAÇÃO DA
PETROBRAS**

Monografia de conclusão do curso de graduação apresentada ao Departamento de História da Universidade de Brasília, por Monique Marinho como requisito para obtenção do título de licenciada em História, sob orientação da Professora Dra. Ione de Fátima Oliveira.

Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira – HIS/UnB
(Professora-orientadora)

Profa. Dra. Léa Maria Carrer Iamashita – HIS/UnB
(Professora-membro da Banca)

Profa. Dra. Fabiana Francisca Macena – Secretaria de Educação/DF
(Professora-membro da Banca)

Brasília/DF
Julho de 2017

DEDICATÓRIA

À minha tia querida, Magda, por todo o incentivo e ajuda durante toda a minha graduação. Ao meu filho, Érick. A razão do meu viver. À minha mãe, Sandra. À minha irmã, Michele. Ao meu padrasto Zezé. Ao meu tio, Rubens.

RESUMO

Este trabalho descreve o processo de criação da Petrobrás desde o lançamento do projeto de o "Petróleo é Nosso" até a aprovação do projeto do petróleo. Mostra críticas feitas por Carlos Lacerda ao projeto da petrolífera e a importância da criação da Petrobrás para o governo de Getúlio Vargas. Disserta, ainda, sobre o contexto histórico do processo de redemocratização que ocorreu no Brasil a partir de 1945, destacando o papel de Carlos Lacerda como membro da UDN e as divergências entre o programa udenista e o do presidente Vargas. As principais fontes utilizadas nesta monografia foram artigos e reportagens publicados por Carlos Lacerda no jornal **Tribuna da Imprensa**, no período de 1950 a 1954, e também produções historiográficas sobre o assunto.

Palavras Chaves: Carlos Lacerda; Projeto da Petrobrás; Petróleo é Nosso; Redemocratização; UDN.

ABSTRACT

This paper describes the process of the creation of Petrobrás from the project “The Oil is Ours” to the approval of the oil project. It also shows the criticisms made by Carlos Lacerda to the oil Project and the importance of the creation of Petrobrás for the Getúlio Vargas government. It also discusses the historical context of the process of re-democratization that took place in Brazil since 1945, highlighting the role of Carlos Lacerda as a member of the UDN, and the divergences between UDN programs and President Vargas. The main sources used in this monograph were articles and reports published by Carlos Lacerda in his newspaper “Tribuna da Imprensa” from 1950 to 1954, as well as historiography productions on the subject.

Keywords: Carlos Lacerda; Petrobrás Project; Oil is Ours; UDN; Redemocratization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I - CARLOS LACERDA E SUA OPOSIÇÃO A GETÚLIO VARGAS	9
1.1 O período democrático e a UDN	9
1.2 O Lacerdismo dentro da UDN	13
1.3 Carlos Lacerda e a oposição a Vargas	17
CAPÍTULO II – A CRIAÇÃO DA PETROBRÁS	20
2.1 A Campanha “O Petróleo é Nosso”	20
2.2 O petróleo e o Segundo Governo de Getúlio Vargas	24
2.3 A criação da Petrobrás	27
CAPÍTULO III – AS CRÍTICAS DE CARLOS LACERDA À CRIAÇÃO DA PETROBRÁS	32
3.1 As críticas iniciais ao projeto do petróleo	32
3.2 As críticas às discussões do projeto na Câmara	37
3.3 As críticas às decisões finais do Congresso	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

O tema deste estudo será as críticas de Carlos Lacerda ao projeto de criação da Petrobrás e foi desenvolvido sob a perspectiva da Nova História Política, utilizando a imprensa e o jornalismo político como material de pesquisa para compreender a política brasileira do período.¹ É válido frisar que o estudo ficou restrito a análise das críticas de Carlos Lacerda ao projeto de criação da Petrobrás. Dessa maneira, entende-se que os assuntos política econômica do Segundo Governo Vargas, a criação da Petrobrás, bem como as demais críticas ou os apoios a esta política econômica não foram esgotados, devido à complexidade e abrangência dos temas.

Este estudo baseia-se no contexto histórico do processo de redemocratização que ocorreu no Brasil a partir de 1945, com o fim do Estado Novo, momento em que o país experimentou a reorganização dos partidos políticos e eleições para a presidência da República e para o Poder Legislativo. Neste período democrático, o Brasil atravessou muitas e intensas crises políticas. Uma dessas crises foi durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954), no momento em que o presidente pôs em prática algumas medidas de nacionalização da economia, entre estas ações a nacionalização da extração do petróleo. Esta nacionalização foi questionada pelos opositores do governo, sobretudo por Carlos Lacerda, quando Getúlio Vargas levou ao Congresso o projeto de Criação da Petrobrás.

A tramitação do Projeto de Lei de Criação da Petrobrás foi bastante difícil, pois havia uma grande pressão por parte das empresas estrangeiras e dos meios de comunicações da época, contrários ao projeto. O jornal **Tribuna da Imprensa**, de Carlos Lacerda, foi o responsável pelas críticas mais duras que pediam a renúncia do presidente Getúlio Vargas. Estas opiniões contrárias ao projeto tinham como objetivo desmistificar o nacionalismo de Vargas e deslegitimar o governo. O jornal argumentava que era uma contradição a participação do capital estrangeiro no projeto, tido como nacionalista.²

Por isso, a disputa para a criação da Petrobrás foi longa, e a empresa foi aprovada após 22 meses de discussão, depois que o governo se viu obrigado a incluir o monopólio estatal na lei que a criava, a fim de obter os votos oposicionistas.³ A Petrobrás foi criada em 3 de

¹ RÉMOND, René. **Por uma história política**: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. P. 23.

² BOURNE, Richard. **Getúlio Vargas, A esfinge dos pampas**. São Paulo: Geração Editorial, 2012. Pp. 230-235.

³ Idem.

outubro de 1953, através da Lei nº. 2.004, dando início às atividades através de um acervo recebido do antigo Conselho Nacional do Petróleo (CNP).

Uma das fontes utilizadas para análise do assunto nesse recorte temporal foi o jornal **Tribuna da Imprensa**. Carlos Lacerda fundou o jornal **Tribuna da Imprensa**, em dezembro de 1949, quando o jornalista já era uma liderança política da União Democrática Nacional (UDN) e opositor de Getúlio Vargas. Carlos Lacerda, em defesa de seu jornal, afirmava que este foi criado para realizar lutas contra a corrupção e contribuir com a democracia no país. Ressaltava, ainda, que o jornal possuía mais sua visão do que a do seu partido. Quanto à importância do periódico ele diz:

A princípio ninguém, entre os poderosos, deu importância [...] Chamavam a *Tribuna* de “lanterninha”, comparando-a com a lanterna que se pendura no final dos trens, pois – diziam – era a última em circulação [...] Esse pequeno jornal derrubou o governo do homem que dominou o Brasil durante quinze anos.⁴

O interesse em estudar o político e jornalista Carlos Lacerda surgiu quando trabalhei no arquivo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Tive contatos com parte dos documentos do acervo que pertenceu a Lacerda e hoje faz parte de um arquivo que leva seu nome. Devido à sua atuação na política nacional brasileira entre 1945 e 1968, ano da cassação de seus direitos políticos e da sua importância histórica, passei a considerar algumas questões com relevância acadêmica para iniciar um trabalho de pesquisa no âmbito do curso de graduação. O interesse por escrever uma monografia sobre a fundação da Petrobrás, desde o projeto de o “Petróleo é Nosso” e as críticas feitas por Carlos Lacerda como representante da UDN em relação ao projeto e a criação da petrolífera, surgiu com a presença constante da Petrobrás na mídia atual.

As severas críticas aos governos e suas estratégias de administrar a companhia atualmente ilustram polêmicas que sempre envolveram a Petrobrás, desde sua criação. As críticas de Carlos Lacerda ao projeto de fundação da companhia demonstram as controvérsias a respeito do setor petrolífero desde o início de sua institucionalização. Assim, a pesquisa pretende elucidar alguns questionamentos: Por que o projeto de construção da Petrobrás foi tão criticado? Qual a importância da empresa para o Governo Vargas? Qual a força das críticas de Carlos Lacerda à fundação da companhia petrolífera? Essas perguntas despertaram em mim o anseio de investigar a respeito do tema.

⁴ LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras no meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001. P. 236.

O estudo se estrutura em três capítulos. O primeiro capítulo dissertará sobre o contexto histórico do processo de redemocratização que ocorreu no Brasil a partir de 1945, destacando o papel de Carlos Lacerda como membro da UDN, e as divergências entre o programa udenista e o varguismo. Na narrativa do segundo capítulo serão descritos o processo de criação da Petrobrás desde o projeto de o “Petróleo é Nosso” até a aprovação do projeto que deu origem à companhia e a importância da petroleira para o governo Vargas. No último capítulo mostrará as críticas feitas à criação da Petrobrás por Carlos Lacerda, sob a ótica dos artigos e reportagens publicados pelo jornalista e político no jornal **Tribuna da Imprensa**. E também, suas propostas para a exploração de petróleo no Brasil.

CAPÍTULO I - CARLOS LACERDA E SUA OPOSIÇÃO A GETÚLIO VARGAS

1.1 O período democrático e a UDN

A História se desenvolve de acordo com o ritmo e a velocidade estabelecida pelas conjunturas políticas e sociais atuantes no tempo histórico. O ano de 1945 foi marcado por diversos acontecimentos que ditaram o ritmo da História, não só no Brasil como também no mundo. Embora tenham ocorrido mudanças bastante significativas na política nacional, o paradoxo foi uma marca predominante na conjuntura brasileira. Na verdade, a passagem do Estado Novo para a democracia foi um período cheio de contrastes: ao mesmo tempo em que era um marco de ruptura com o regime anterior, era também um ato de continuidade na mudança, principalmente em relação às questões econômicas e aos direitos trabalhistas e previdenciários. O esgotamento do regime ditatorial de Getúlio Vargas e o anseio nacional pela democracia pressionaram por uma transição democrática.⁵

No processo de redemocratização que ocorreu no Brasil a partir de 1945, o país experimentou a organização dos partidos políticos e eleições para a presidência da República e o poder Legislativo. Dos seis partidos políticos nacionais fundados inicialmente, três conseguiram maior projeção e representatividade: o PSD (Partido Social Democrático); a UDN (União Democrática Nacional) e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). O PSD e o PTB foram constituídos pelos aliados políticos de Getúlio Vargas. Já a UDN era formada por várias vertentes ideológicas com o mesmo ideal de lutar contra o Estado Novo e contra Getúlio Vargas e sua herança política.⁶

Formada pela defesa do liberalismo, a União Democrática Nacional (UDN) se opôs ao estado de arbítrio, à ausência de liberdade política e ao intervencionismo estatal. Com ideais contrários ao comunismo e ao autoritarismo de Getúlio Vargas, os udenistas procuravam uma aproximação com os Estados Unidos da América no âmbito da política internacional. O Partido Social Democrático (PSD), fundado por Vargas, Benedito Valadares e demais ex-interventores do regime anterior, foi um partido pragmático e conciliador, isto é, se adaptava

⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano** – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 3. P. 131.

⁶ BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo: as ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-65)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 23.

de acordo com a necessidade de negociações políticas para se manter no poder. Devido à sua representação na administração pública e à presença das oligarquias regionais apresentava uma tímida defesa do reformista social. Outra agremiação política de destaque foi o Partido Trabalhista Brasileiro, organizado a partir da estrutura sindical reconhecida pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, fundado em novembro de 1930. A plataforma política do PTB pregava a defesa da legislação trabalhista e previdenciária, com o objetivo de concretizar sua popularidade e angariar votos perante a classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, impedir a expansão do comunismo nos sindicatos.⁷

Em meados de 1945, o cenário da política brasileira caracterizava-se pelos grupos que apoiavam Vargas e pelos que eram contrários ao seu governo. O legado político de Getúlio Vargas foi o elemento que estimulou os conflitos nesse período, pois por um lado tinha o apoio do PTB e do PSD. E, por outro lado, a oposição ferrenha da UDN.⁸ A estratégia do governo era a articulação das forças políticas para continuar no poder mesmo tendo que alterar os seus mecanismos formais. E a oposição tinha como propósito a derrocada do Estado Novo.⁹

A oposição era heterogênea e formada por grupos menores de aliados. Uma parte importantíssima dos opositores eram os constitucionalistas liberais. Em 1930, eles chegaram a apoiar Getúlio Vargas na esperança que se iniciaria uma nova fase democrática no país, dando importância para as áreas em maior desenvolvimento. A crença em um Regime liberal foi destruída com a implantação do regime autoritário em 1937. O que unia esses grupos políticos diferentes era não apenas o interesse pelo fim do Estado Novo, mas principalmente o combate à personalidade política de Vargas e ao seu legado nas áreas do intervencionismo estatal na economia, na legislação trabalhista e previdenciária.¹⁰

Em 1944, o ideal de redemocratização tornou-se viável, e os liberais começaram a organizar um novo partido político que seria a União Democrática Nacional (UDN), cuja a intenção era unir a oposição ao Estado Novo na forma de uma frente partidária. A UDN se formou com os políticos liberais das oligarquias depostas com a revolução de 1930; os antigos

⁷ DORATIOTO, Francisco Fernando; DANTAS FILHO, José. **De Getúlio a Getúlio: o Brasil de Dutra e Vargas; 1945 a 1964.** 6a. ed. São Paulo: Atual, 1991. P. 4 e 5

⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 3. P. 135.

⁹ DULCI, Otávio. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil.** Belo Horizonte: Editora da UFMG - PROED, 1986. P. 75 e 76

¹⁰ Idem P. 137

aliados de Getúlio Vargas que foram excluídos após 1932 ou em 1937; os que participaram do Estado Novo e se afastaram dele ao longo de sua existência até 1945; e com alguns grupos regionais e das esquerdas, principalmente a Esquerda Revolucionária e a Vanguarda Socialista.¹¹

A derrubada de Getúlio Vargas do poder foi feita pelo Exército, o que retirou dos liberais o mérito de terem lutado em defesa da democracia no país, por meio de campanhas, manifestos e entrevistas. No entanto, a constante oposição a Vargas e ao varguismo continuou sendo o motivo de coesão do partido. Segundo Lucília Delgado, os líderes políticos que fariam parte da UDN, a partir de abril de 1945, tiveram papel efetivo nos acontecimentos que levaram à queda de Vargas em outubro do mesmo ano. Os opositoristas além de se unirem, visando a queda ditadura também desenvolveram oportunidades para fazerem declarações antigetulistas e liberais que impulsionaram a crise do regime.¹²

Com a abertura política, os liberais lançaram a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à presidência da República. Eduardo Gomes era candidato ideal para os opositores, por apresentar as seguintes características: alta patente militar, um perfil heroico, tradição nas lutas pela democracia, uma imagem política limpa com virtudes cristãs e cívicas que atrairia a simpatia das classes médias pelos seguintes acontecimentos: participou do movimento tenentista da década de 1920, foi revolucionário em 1930 junto a Vargas, dirigiu o Correio Aéreo Militar e comandou o 1º Regimento de Aviação entre os anos de 1930 a 1937. Com o golpe do Estado Novo, Gomes pediu exoneração das funções de comandante por se opor ao regime autoritário. Na época de sua candidatura, ocupava o posto de brigadeiro da Força Aérea Brasileira.¹³

Dessa forma, a campanha do partido teria que se basear nas importantes questões políticas e econômicas e se sustentar na simpatia do candidato que era seu representante.¹⁴ O candidato da UDN, Eduardo Gomes, era apoiado por grandes homens de negócios das principais cidades brasileiras, proprietários de terras e membros da elite política brasileira. Como por exemplo, Artur Bernardes (ex-presidente da República), Oswald Aranha (ex-embaixador do Brasil em Washington e ex-ministro das Relações Exteriores), Júlio Prestes,

¹¹ DULCI, Otávio. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG - PROED, 1986. P. 36 e 37.

¹² DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 3. P. 136.

¹³ BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo: as ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-65)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 42.

¹⁴ Idem

Borges de Medeiros, Prado Kelly, Otávio Mangabeira, Adhemar de Barros, Graciliano Ramos, Evaristo de Moraes Filho, Isidoro Dias Lopes, a família Caiado, entre outros.¹⁵

O programa da UDN baseava-se nos princípios do liberalismo para o setor econômico, para a estrutura política e na criação das leis que guiassem a redemocratização do país. Quanto ao setor econômico, afirmava a necessidade de uma política mais cautelosa com relação à industrialização, contestando o uso do Banco do Brasil para os projetos industriais que para eles eram inviáveis. Os udenistas eram a favor dos investimentos de capital estrangeiro na economia do país. Também eram contra as barreiras fiscais, impostas às transações externas, afim de que desobstruíssem a entrada e saída de capitais que permitissem forças econômicas espontâneas.¹⁶

A maior parte da imprensa brasileira ofereceu uma importante contribuição ao candidato da UDN. Esta apoiava com entusiasmo a campanha de Eduardo Gomes. Seus comícios eram noticiados com destaque nas páginas dos jornais. As maiores manchetes davam como certa a vitória do Brigadeiro, induzindo que este possuía grande apoio popular. Mesmo com o esforço dos meios de comunicação impressos de popularizar a campanha udenista, esta atingiu somente a classe média, os intelectuais e os oficiais das Forças Armadas. Não conseguiu mobilizar a classe trabalhadora como tentavam mostrar nos jornais. Quando Getúlio Vargas decidiu formalizar apoio à candidatura de Eurico Dutra, após a garantia de manutenção da legislação social da época varguista e o Ministério do Trabalho para o PTB, Dutra ganhou a adesão de importantes parcelas dos trabalhadores e, conseqüentemente, as eleições.¹⁷

Embora a campanha de Eduardo Gomes tenha tido muita repercussão por parte dos conservadores, o Brigadeiro foi derrotado nas urnas pelo seu adversário, Eurico Gaspar Dutra. Um dos motivos para essa derrota foi o boato pelos partidários do PTB de que Gomes havia falado que não necessitava do apoio de “marmiteiros”, isto é, das classes menos favorecidas para vencer as eleições. Outro motivo para a vitória de Dutra, que vale apenas ressaltar, foi o apoio recebido de Getúlio Vargas nos últimos dias da campanha.¹⁸

¹⁵ BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo: as ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-65)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 32.

¹⁶ Idem.

¹⁷ FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 3. P. 42.

¹⁸ DELGADO, Márcio de Paiva. “O golpismo democrático”: Carlos Lacerda e o jornal tribuna da imprensa na quebra da legalidade (1949-1964). Dissertação de Mestrado. Juiz de Fora: UFJF, 2006.

Segundo Maria Vitória Benevides, a UDN, durante o governo Dutra, adotou uma postura de cordialidade em relação ao governo muito diferente da postura de oposição contra o regime anterior, o Estado Novo. Esta oposição mais branda ao governo de Eurico Gaspar Dutra ocorreu devido à coalisão partidária, efetivada pela UDN, pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Republicano (PR). Em consequência desta aliança quase não houve oposição ao governo Dutra.¹⁹

Nas eleições de 1950, A UDN lançou novamente a candidatura de Brigadeiro, que foi derrotado desta vez por Getúlio Vargas. As lideranças udenistas tentaram impugnar as eleições alegando que Vargas não conquistara a maioria absoluta dos votos (venceu com 48,7%). Mas este requisito não estava previsto na legislação eleitoral em vigor e nem na Constituição Federal. Entre os líderes de oposição se encontrava a importante militância de Carlos Lacerda, representante partidário da UDN, jovem jornalista e opositor a Vargas.²⁰

1.2 O Lacerdismo dentro da UDN

Carlos Lacerda²¹ foi político, jornalista, proprietário de jornal, cronista, escritor e, sobretudo, um feroz polemista. Pode-se considerar que da década de 50 do século passado até meados da de 1960, este personagem tornou-se um dos maiores debatedores políticos e um dos mais críticos do regime então vigente. Para entender a política nacional brasileira entre 1945 e 1968 é preciso entender a importância de Carlos Frederico Werneck de Lacerda.²²

¹⁹ BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo: as ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-65)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 61 e 62

²⁰ DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda. A vida de um lutador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. V. 2. P.137.

²¹ Carlos Frederico Werneck de Lacerda (Vassouras, 30 de abril de 1914 – Rio de Janeiro; 22 de maio de 1977) foi jornalista, escritor e político brasileiro. Tornou-se militante da Juventude Comunista, seguindo os passos de seu pai, Maurício de Lacerda, e do seu tio Paulo de Lacerda, antigos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCB). Seu rompimento com os comunistas ocorreu em 1939. Foi membro da União Democrática Nacional (UDN), deputado federal (1947-55) e governador do estado da Guanabara (1960-65). Fundador em 1949 e proprietário do jornal **Tribuna da Imprensa**. FGV-CPDOC. **E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas**: Carlos Lacerda. Ver http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos_lacerda. Acessado em 03/06/2017.

²² MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O demolidor de presidentes. A trajetória política de Carlos Lacerda: 1930-1968**. São Paulo: Códex, 2002. P. 12.

Os discursos de Carlos Lacerda eram poderosos, até mesmo os adversários mais ferrenhos concordavam que ele possuía um grande poder de escrita e oratória. No uso destas habilidades desmontava lógicas políticas “irrefutáveis”. Como articulista político fazia com que alguns projetos, antes contestados, fossem aprovados pela maioria. Muitos políticos se orientavam por meio de suas ideias.²³

Maria Victória Mesquita Benevides afirma que existiam várias correntes ideológicas dentro da UDN, com diferenças regionais, doutrinárias e pragmáticas. Carlos Lacerda era representante de uma corrente ideológica udenista, caracterizada pela oposição a Getúlio Vargas e às práticas políticas do trabalhismo. Repudiava também qualquer tipo de personalismo político e carismático, identificando esta prática como populista.²⁴

O resultado das eleições de 1945 assegurou que Carlos Lacerda continuasse como oposicionista, o que ele fazia com veemência. Suas colunas diárias no **Diário Carioca** eram cheias de ataques violentos ao governo Dutra e de campanha política para seu partido. Em 1946, começou a escrever uma coluna diária no jornal **Correio da Manhã**, denominada de “Na Tribuna da Imprensa”, onde continuou a fazer críticas a Vargas. Carlos Lacerda apontava o getulismo, o intervencionismo estatal, o trabalhismo, o populismo, a corrupção, a demagogia e o comunismo como “doenças sociais” graves que precisavam ser erradicadas. Após o fim do Estado Novo, o lacerdismo seria tratado como a solução para sanar as questões sociais, consideradas problemas crônicos na sociedade brasileira. No jornal, afirmava que estes elementos eram responsáveis pela contaminação da democracia brasileira, tornando-a falsa e viciada.²⁵

Em dezembro de 1949, logo após deixar a vida parlamentar, Lacerda fundou o jornal **Tribuna da Imprensa** que, representando as principais propostas da UDN e sendo base e corpo do lacerdismo, viria a fazer oposição às forças políticas vinculadas ao getulismo. Neste jornal, ele dedicou-se a analisar o contexto político e econômico do período, enfatizando seu pensamento antigetulista e atacando os que Lacerda considerava como responsáveis pela derrota da UDN.²⁶

²³ DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda. A vida de um lutador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. V.2. P. 91

²⁴ BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo: as ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-65)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 32.

²⁵ DELGADO, Márcio de Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). In Locus, Revista de História. Juiz de Fora, Novembro/2016. P 3. Ver <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2703/2105>. Acesso em 30/05/2017.

²⁶ Idem.

De acordo com Ana Maria Laurenza:

O alcance da **Tribuna da Imprensa** em sua oposição a Getúlio Vargas só se explica por outros elementos alheios às qualidades editoriais e de veiculação do jornal [...] Sustentava-se, apenas, na figura polêmica de Carlos Lacerda e seu texto inflamado. Esse jornal, da Rua do Lavradio, era a tribuna literal de Lacerda, e um instrumento para negociar com o governo as posições engendradas no seio da UDN.²⁷

O lacerdismo foi marcado por ter uma postura muito radical. Um dos motivos para este rótulo era sua aversão à formação de alianças, sendo assim contrário à política da conciliação. De acordo com a postura de Carlos Lacerda e dos lacerdistas, a política era uma arena de batalha com vencedores e derrotados. Neste combate não existia espaço para acordos, para concessões, para desistir ou voltar atrás. A luta era constante, atenta, hostil, com ações e reações imediatas. Tendo como principais bandeiras a luta contra as mazelas da política brasileira e a defesa da moralidade.²⁸

Um momento que mostrou a força do lacerdismo dentro do partido foi quando o governo Dutra ofereceu ao partido dois ministérios como moeda de apoio político. A maioria dos líderes da UDN concordava com esta aliança, inclusive o presidente do partido Otávio Mangabeira. Por isso os udenistas Raul Fernandes e Clemente Mariani assumiram o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Educação e Saúde, respectivamente. Carlos Lacerda era contrário a aliança e uniu-se a Adauto Lúcio Cardoso e outros políticos da UDN que também não estavam de acordo com a participação udenista no governo da coligação PSD/PTB para desenvolver o Movimento Renovador da UDN, tornando-se os representantes contra o governo Dutra. Desse modo, dava a opção aos eleitores de achar dentro do partido uma força anti-Dutra e uma pró-Dutra.²⁹

Carlos Lacerda conseguiu aliados fora do partido, como os pequenos grupos socialistas, representados por Mário Pedrosa e Edmundo Luiz, que usavam os jornais **Vanguarda Socialista** e **Correio da Manhã** para atacar os comunistas nacionais e internacionais e os liberais da Esquerda Democrática (ED). Pensadores católicos importantes como Alceu Amoroso e Gustavo Corção influenciaram bastante na construção da identidade política de Carlos Lacerda.³⁰ Estes católicos conservadores ajudaram a fundar o próprio jornal

²⁷ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano**. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac – São Paulo, 1998. P.156.

²⁸ DULCI, Otávio. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG - PROED, 1986. P. 108 e 109.

²⁹ DULLES, John W. Foster. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. V. 1. P. 100.

³⁰ Idem.

de Lacerda, e exerceram grande influência no discurso da **Tribuna da Imprensa**. Também deram suporte a sua doutrina em buscar uma “reforma social cristã” das estruturas política, econômica e administrativa do país e das relações exteriores. Para Lacerda, a UDN era e precisava continuar sendo um partido cristão.³¹

Os “princípios cristãos” seguidos por Carlos Lacerda eram a partir de definições vagas, não tinham um projeto político objetivo, mas idealizava a sociedade brasileira com uma convivência em harmonia, evitando confrontos entre as correntes políticas dentro da UDN. Essa união partidária foi pautada inicialmente a partir de uma oposição ao Estado Novo e, posteriormente, ao comunismo. Por isso, o partido era definido por ser contrário a algumas ideias e posicionamentos, mas tornava-se difícil compreender quais eram os seus projetos políticos e de Estado.³²

Carlos Lacerda foi candidato pela UDN em 1947 a uma vaga na Câmara de Vereadores do Distrito Federal, tendo como principal oponente o partido mais forte da época no Rio de Janeiro, o PCB. O resultado desta eleição mostrou que apesar de o PCB ser o partido mais forte, a liderança política mais importante era Lacerda. Ele foi eleito com 42,5% dos votos destinados aos 49 candidatos da UDN para a Câmara de Vereadores. Esta quantidade de votos fez com que a UDN pudesse ter quatro ou cinco vereadores a mais, aumentando muito a popularidade e a importância de Lacerda para o partido. A experiência como vereador foi apenas por um ano, já que abdicou do mandato por não concordar com a Lei Orgânica do DF. A legislação concedia aos senadores, e não aos vereadores, o direito de analisar os vetos do prefeito do Distrito Federal, que era indicado pelo presidente do Brasil.³³

Apesar da popularidade e do apoio de udenistas, Carlos Lacerda assegurou à presidência da UDN que não possuía a intenção de provocar ruptura dentro do partido. Entretanto, por ser opositor à gestão Dutra não deixava de ser um problema para aqueles que eram aliados do governo.³⁴ No jornal, ele deixava claro ser contra a formação de alianças e preocupado com a unificação do partido:

A UDN perdeu conteúdo. A UDN expediu-se cumprida a missão de afastar a ditadura, tinha de organizar-se para a Oposição necessária ao país, tão necessária

³¹ LAMBLET, Luciana; NASCIMENTO, Thalitha Sabóia; PÊGAS, Karen Garcia. A UDN, o inimigo e a vigilância: uma proposta de análise historiográfica. **Revista Eletrônica Novo Enfoque**, ano 2013, v. 16, n. 16, p. 01-12. Ver http://www.castelobranco.br/sistema/novofoque/files/16/1_LucianaLamblet_140613_VF.pdf. Acesso em 30/05/2017.

³² Idem.

³³ DULLES, John W. Foster. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. V. 1. P. 101.

³⁴ Idem.

quanto o governo haja necessária do que um tímido apoio a um mau governo. Preferiu, no entanto, outro caminho e sem isso perdeu o rumo. Ainda assim, ficamos com ela, porque sem ela seria ainda pior.³⁵

O Clube da Lanterna, criado por volta de 1953, no Rio de Janeiro, era um grupo de ideias lacerdistas que tinha unidade de discurso e ação, com o intuito de lutar contra o Segundo Governo Vargas. Esses discursos eram difundidos nas páginas do jornal **Tribuna da Imprensa**. Apesar de algumas fontes afirmarem que Carlos Lacerda fundou o Clube da Lanterna³⁶, em seu livro de depoimentos³⁷ Lacerda afirma que não fundou o Clube, mas ressalta sua importância. Desde a fundação, os membros do Clube pediam a candidatura de Lacerda a Deputado Federal em 1954. Setores do seu partido, vendo sua popularidade no Rio de Janeiro apoiaram a sua candidatura. Lacerda tornou-se o deputado mais bem votado, mesmo sendo apontado como culpado no suicídio de Vargas. A partir deste momento, Lacerda obteve o controle da UDN no Rio de Janeiro.³⁸

A importância de Carlos Lacerda foi inquestionável por se tratar de um personagem que transitou no cenário político por um grande espaço de tempo e por ter vivenciado/participado de importantes momentos políticos no Brasil, tanto para a construção da democracia quanto para a edificação do autoritarismo.³⁹

1.3 Carlos Lacerda e a oposição a Vargas

A oposição udenista a Getúlio Vargas foi intensificada em 1951, quando ele retornou ao poder, desta vez pelo voto popular. Durante o Segundo Governo Vargas, a UDN exerceu forte oposição ao varguismo no Parlamento e na imprensa, principalmente através da **Tribuna da Imprensa**. Estas duas frentes de combate ao governo colaboraram para a crise que se instalou durante todo o segundo governo e terminou em 1954 com o suicídio de Vargas. O presidente sofreu uma aversão ferrenha de líderes políticos derrotados nas eleições que

³⁵ **Tribuna da Imprensa**, 15-16 de julho de 1950, p. 4

³⁶ FGV-CPDOC. **E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas**: Carlos Lacerda. Ver http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos_lacerda. Acessado em 03/06/2017

³⁷ LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978. V.3. P.66

³⁸ DELGADO, M. Paiva. O jornalista e o político Carlos Lacerda nas crises institucionais de 1950-1955. In: **Primeiro Colóquio do LAHES** - 13 a 16 de Junho de 2005, Juiz de Fora.

³⁹ DULLES, John W. Foster. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. V. 1. P.90

ressentidos conseguiram aliados poderosos em vários setores da sociedade civil e, aos poucos, também das forças armadas contra governo⁴⁰

O modelo econômico era uma das principais discordâncias entre Carlos Lacerda e o getulismo. De um lado, o governo Vargas apoiado pelos socialistas, sindicalistas, estudantes e alguns setores das Forças Armadas, tinha como projeto de desenvolvimento econômico e social a conquista da soberania do país via a participação estatal. Do outro lado, os adversários liberais e internacionalistas eram avessos aos direitos dos sindicatos, à legislação trabalhista e previdenciária e ao intervencionismo estatal. A UDN defendia o liberalismo econômico e a abertura do país ao capital estrangeiro. Carlos Lacerda como representante da UDN dedicou-se em desestabilizar o governo Vargas, impossibilitando sua sobrevivência. Se durante o Estado Novo, Vargas monopolizou os meios de propaganda que legitimavam suas ideologias e suas ações, em seu segundo governo, os lacerdistas com muito sucesso conseguiram transmitir simbologias que tiraram a competência do poder do Estado de mostrar-se como válido.⁴¹

Em 1953, a falta de apoio de alguns políticos tradicionalmente aliados ao governo Vargas era notória, o que tornou mais fácil para Carlos Lacerda conseguir mais espaço de atuação para alavancar sua carreira política. Neste cenário político, o presidente possuía ao seu favor as organizações de estudantes e os sindicatos, e, com isso, uma enorme popularidade. No entanto encontrava-se encurralado pela imprensa, pelos militares, pelos udenistas, pelas classes média e empresarial.⁴²

A oposição a Vargas ganhou mais força quando Lacerda conseguiu mais espaço na mídia, pois foi convidado por Roberto Marinho a usar como ferramenta de transmissão do seu discurso, duas empresas de comunicação de maior alcance no país, a Rádio Globo e a TV Tupi. Com isso ampliou a propagação de suas ideias contra o governo, reforçando a situação difícil enfrentada pelo governo em relação à liberdade de imprensa.⁴³

⁴⁰ ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. “Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954”. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. P. 24.

⁴¹ D’ARAUJO, Maria Celina S. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. P. 137 e 138.

⁴² DELGADO, M. Paiva. O jornalista e o político Carlos Lacerda nas crises institucionais de 1950-1955. In: **Primeiro Colóquio do LAHES** - 13 a 16 de Junho de 2005, Juiz de Fora.

⁴³ Idem.

A crise foi agravada em 5 de agosto de 1954 quando houve o atentado contra a vida de Carlos Lacerda. Esse atentado resultou na morte do Major-aviador Rubens Florentino Vaz, e casou ferimentos no pé de Lacerda e na perna de um guarda municipal que presenciou o conflito ao passar pelo local. No mesmo dia à tarde, Carlos Lacerda escreveu em seu jornal sobre o atentado e colocou a culpa em Getúlio Vargas. Nos dias seguintes usou o jornal e o seu espaço na Rádio Globo para culpar e atacar Vargas.⁴⁴ Enfim, em 11 de agosto Carlos Lacerda publicou em seu jornal, em nome da oposição, o pedido de renúncia do chefe do Poder Executivo:

A Getúlio Vargas dirijo, de todo coração, um apelo supremo; presidente da República: renuncia para salvar a República. Getúlio Vargas: deixa o poder para que o teu país, que é o nosso país, possa respirar nos dias de paz que os teus lhe roubaram. Sai do poder, Getúlio Vargas, se queres ainda merecer algum respeito como criatura humana, já que perdeste o direito de ser acatado como chefe do governo.⁴⁵

Getúlio Vargas, encurralado e atacado por vários órgãos de imprensa nacionais e alguns estrangeiros, como **The New York Times**, não resistiu à pressão para a sua renúncia e cometeu suicídio no dia 24 de agosto. Devido ao ato extremo e também à divulgação da sua “Carta Testamento”, conseguiu reverter toda a revolta nacional para os seus acusadores, principalmente para Carlos Lacerda. Lacerda e seus aliados foram hostilizados por toda cidade do Rio de Janeiro. A sede do jornal **Tribuna da Imprensa** foi atacada por populares. Carlos Lacerda foi forçado a pedir proteção na Embaixada dos EUA e posteriormente no Cruzador Barroso da Marinha, ancorado na Baía de Guanabara. Mesmo sendo considerado por alguns como o principal responsável pela morte de Getúlio Vargas, e, com uma grande rejeição popular, Carlos Lacerda foi eleito deputado federal pela UDN no Distrito Federal em outubro de 1954.⁴⁶

⁴⁴ D'ARAUJO, Maria Celina S. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. P. 141.

⁴⁵ **Tribuna da Imprensa**, 11 de agosto de 1954.

⁴⁶ DULLES, John W. Foster. **Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.v. 1. P. 184 a 189.

CAPÍTULO II – A CRIAÇÃO DA PETROBRÁS

2.1 A Campanha “O Petróleo é Nosso”

A criação da Petrobrás foi uma das principais bandeiras do Segundo Governo Vargas. O assunto mobilizou a opinião pública no final da década de 40 e início dos anos 50 e contou com a intensa participação de grupos nacionalistas de esquerda e de grupos defensores dos interesses internacionais. Iniciada a partir de 1947, a Campanha do Petróleo adquiriu maior intensidade e importância após a volta de Vargas ao poder. Conciliando a participação estatal e os interesses privados, as poucas áreas de extração da época tornaram-se, nos dias atuais, importantes fontes riqueza do país.⁴⁷

De acordo com John Wirth⁴⁸, a questão do petróleo no país desenvolveu-se em três etapas. A primeira etapa iniciou-se nos anos 20 e foi até o Estado Novo, quando se fundou o Conselho Nacional de Petróleo (CNP), sob a presidência do General Júlio Caetano Horta Barbosa. A segunda etapa ocorreu quando os nacionalistas resolveram combater o projeto do presidente Gaspar Dutra que permitiu a vinda de petrolíferas estrangeiras para o país. E a terceira etapa foi a criação e implantação do projeto da Petrobrás.

Os autores José Luciano de Mattos Dias e Maria Ana Quaglino⁴⁹ afirmam que o petróleo foi descoberto pela primeira vez no Brasil em 1939, na região de Lobato localizada na Bahia. Antes mesmo desta descoberta foi criado o Conselho Nacional de Petróleo (CNP), com a edição do Decreto-Lei nº. 395, em 29 de abril de 1938. Pelo Decreto-Lei ficou estabelecida a propriedade estatal das jazidas de petróleo e do parque de refino. O CNP era responsável por executar a política petrolífera. Mas o apogeu desse processo de produção de petróleo começou na década de 50 com o movimento o “Petróleo é Nosso”. Segundo os autores, neste momento havia uma prioridade em se produzir petróleo, o tema era central nas discussões públicas desde o governo Dutra e fez parte dos compromissos da campanha eleitoral de Vargas. Mas também se fundamentou em razões econômicas: o consumo de petróleo, apesar de ainda modesto no Brasil, crescia em média 20% ao ano desde 1945 e já

⁴⁷ MARTINS, Luis Carlos P. O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas. Dissertação de Mestrado – PUCRS, 2006.

⁴⁸ WIRTH, John D. **A política de desenvolvimento na era de Vargas**. Trad. Jefferson Barata. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1973. P. 129.

⁴⁹ DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS**. Rio de Janeiro: FGV, 1993. P. 60 e 61.

comprometia 13% das importações brasileiras em 1951, indicando forte risco de racionamento.

Com a redemocratização, o mercado petrolífero brasileiro, que antes era discutido por um grupo pequeno de políticos e especialistas no assunto, ganhou uma amplitude maior, pois as decisões relacionadas ao petróleo passaram a ser analisadas pelo Congresso Nacional, por meio de uma política aberta e de participação. Embora o problema do petróleo tenha permanecido sem solução até 1949, houve um interesse maior da população em resolver essa questão nesse período. O ideal nacionalista do Estado Novo não permaneceu intacto e os diferentes interesses e opiniões apontavam para diversas soluções. Existiam divergências profundas nas discussões e nos encaminhamentos para esse setor. Até mesmo o CNP, composto por militares e técnicos defensores do nacionalismo estadista, aos poucos, começou a aceitar o uso de capital privado nacional e estrangeiro na exploração do petróleo.⁵⁰

Em 1946, a nova constituição do país autorizou a participação de brasileiros ou de empresas instaladas no país na exploração do petróleo. Dessa forma, orientou a política do setor petrolífero em uma direção de cunho liberal. Com isso, houve a necessidade de reformular as leis sobre o petróleo estabelecidas em 1938. Em 1947, Dutra nomeou uma comissão para elaborar o anteprojeto com a legislação sobre o petróleo. Odilon Braga (UDN-MG) foi nomeado presidente e relator da comissão. Faziam parte da comissão o coronel Artur Levi, representante do Estado-Maior do Exército no Conselho Nacional do Petróleo, e os engenheiros Glycon de Paiva, Avelino Inácio de Oliveira, Antônio José Alves de Sousa, Rui de Lima e Silva. Estes componentes eram considerados pelos nacionalistas como entreguistas, por ter discursos e ações favoráveis à participação do capital estrangeiro. Um dos fatores que os levaram a fazer está avaliação foi o fato de a comissão chamar dois consultores norte-americanos conhecidos: Hebert Hoover Junior e Artur Curtice. Isso gerou nos nacionalistas a preocupação quanto ao grau de participação dos americanos na solução para as questões do setor petrolífero brasileiro.⁵¹

Em 1947, no Clube Militar, houve uma grande reunião sobre os rumos da política do petróleo. Dentre os participantes destacaram-se o general Júlio Caetano Horta Barbosa, importante defensor da separação entre o capital norte-americano e a indústria do petróleo brasileira. Juarez Távora afirmava que em curto prazo era inviável essa dissociação, devido à

⁵⁰ DULCI, Otávio. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG - PROED, 1986. P. 112.

⁵¹ WIRTH, John D. **A política de desenvolvimento na era de Vargas**. Trad. Jefferson Barata. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1973. P. 140.

falta de recursos humanos e financeiros no Brasil. Távora ressaltava ainda a possibilidade de um novo confronto bélico mundial, quando a aliança com os Estados Unidos seria importante. Sendo assim, Távora apresentou uma solução: deixar os americanos colaborarem com o desenvolvimento do setor de petróleo, porém sob o controle do Estado. O general Júlio Caetano Horta Barbosa foi contra a existência desta economia mista, pois entendia que a lucratividade do setor petrolífero cobriria, em um curto espaço de tempo, os gastos com sua instalação, possibilitando assim um monopólio estatal. Em suma, a questão do petróleo era um reflexo da própria estrutura do desenvolvimento econômico do país. Para Juarez Távora, o monopólio estatal colocaria em dúvida a posição do Brasil na Guerra Fria, e as consequências deste ato seriam imprevisíveis.⁵²

As reuniões no Clube Militar confirmavam o papel importante que os militares dedicavam à questão do petróleo e comprovaram também as transformações ocorridas nas relações de poder. O Exército Brasileiro teve uma participação decisiva no desenvolvimento da indústria do petróleo na década de 30, pois quase todo o processo da indústria petrolífera e de controle da extração de petróleo era realizado sob o comando dos militares. Um exemplo disso era a classificação como paramilitar dos requisitos econômicos, financeiros e técnicos pertencentes à indústria petrolífera. Assim, o Exército foi o principal delineador da política do petróleo de 1938 a 1943, sendo responsável por formular várias leis e políticas nacionalistas que serviram como base para instalação da indústria do petróleo. Com a volta da democracia, tornou-se necessário conquistar a adesão da opinião pública para legitimar os interesses defendidos pelos militares.⁵³

Em 1948, foi levada ao Congresso Nacional a mensagem presidencial nº. 62 com os resultados dos trabalhos da comissão instituída por Dutra. Esta mensagem ficou conhecida como anteprojeto Estatuto do Petróleo. Nas considerações iniciais do Estatuto destacavam-se os prejuízos que uma postura radical poderia trazer para o desenvolvimento petrolífero. Como exemplos, eram apontados as reformulações da legislação no México (extremamente nacionalista) e na Venezuela (bastante aberta ao capital estrangeiro). O anteprojeto autorizava as companhias estrangeiras a terem acesso à pesquisa e à lavra do petróleo, mesmo não tendo qualquer ligação com o capital nacional. No entanto, a legislação limitava a 40% a participação estrangeira. Além disso, a matéria-prima e seus derivados só poderiam ser exportados quando o abastecimento interno fosse assegurado. Sendo assim, o Estatuto do

⁵² DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil**: uma história da PETROBRAS. Rio de Janeiro: FGV, 1993. P. 60 e 61.

⁵³ Idem.

Petróleo tinha como objetivo assegurar o controle nacional sob a capacidade de refino, garantir o consumo interno e também atrair investimento estrangeiro.⁵⁴

Dessa maneira, o Estatuto do Petróleo acabou por desagradar tanto os liberais como os nacionalistas. Os liberais porque não teriam o controle absoluto do mercado interno de refino e transporte, e também, não poderiam exportar o petróleo de maneira irrestrita. Já os nacionalistas consideravam o Estatuto uma atrocidade, pois ao abrir o refino ao capital externo, reduzia a função do Estado em ser apenas regulatória e reascendia um medo antigo de que as companhias estrangeiras explorassem o petróleo nacional.⁵⁵

A ação do governo de reunir uma comissão para rever a legislação do petróleo e as conferências no Clube Militar originaram a campanha “O Petróleo é Nosso”. Esse movimento tinha como objetivo defender o monopólio estatal do petróleo. Ainda que já existisse essa campanha em 1947, ela se fortaleceu em abril do ano seguinte com a criação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP). Participaram desse movimento, estudantes, jornalistas, professores, técnicos, e também, políticos de diferentes correntes ideológicas, como por exemplo, Artur Bernardes (Partido Republicano) e o senador da UDN Matias Olímpio, presidente do Centro em 1949. Os militantes se propunham a agregar os defensores do monopólio estatal com a finalidade de conquistar o apoio da opinião pública para a causa que defendiam. Para isso, realizavam conferências, comícios, manifestações e publicavam artigos em jornais e revistas. Além disso, confeccionavam panfletos, livros, periódicos e incitavam a criação de Centros de Defesa do Petróleo em Estados e municípios. Havia, no Congresso Nacional, um grupo organizado que pressionava pela aprovação do monopólio estatal em todas as fases do mercado do petróleo.⁵⁶

A campanha “O Petróleo é Nosso”, com o tempo, adotou a postura de uma verdadeira luta pela libertação nacional, almejando uma independência econômica, considerada como fundamental para uma liberdade política absoluta. Essa tendência aumentou bastante quando os comunistas apoiaram e, mais tarde, lideraram o movimento, associando a luta pelo petróleo e o combate ao imperialismo norte-americano. Logo, grandes nomes desse movimento se afastaram, como por exemplo, Horta Barbosa e Artur Bernardes. Igualmente, desagradou a

⁵⁴ CARVALHO JR, Celso. A criação da Petrobras nas páginas dos jornais **O Estado de S.Paulo** e **Diário de Notícias**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2005.

⁵⁵ MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. **O Petróleo é Nosso: A luta contra o “entreguismo” e pelo monopólio estatal**. Petrópolis: Vozes, 2. Ed, 2004. P. 38 e 39.

⁵⁶ DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS**. Rio de Janeiro: FGV, 1993. P. 96 e 97.

liderança conservadora e os militares que passaram a ver o movimento como desordem. Consequentemente, a Campanha passou a ser duramente combatida por meio de prisões dos participantes, inclusive de oficiais militares.⁵⁷

Em meio a tantas críticas, o Estatuto do Petróleo não foi adiante no Congresso Nacional, sendo ignorado pelo presidente Dutra que enviou as propostas orçamentárias as quais viriam a ser conhecidas como Plano SALTE, cujo objetivo era o de ampliar as atribuições do CNP. As principais medidas que esse plano propôs foram: a aquisição e montagem de refinarias estatais – Mataripe (BA) e de Cubatão (SP) – a compra de navios petroleiros e a intensificação da pesquisa e exploração do petróleo. Porém, com fim do governo Dutra, esse plano foi abandonado. Desse modo, a solução para o problema do petróleo ficou mesmo para o próximo presidente.⁵⁸

2.2 O petróleo e o Segundo Governo de Getúlio Vargas

Em 1950, Getúlio Vargas foi candidato à presidência da República pela coligação PTB-PSP, conseguindo se eleger com o apoio de alguns dissidentes do PSD, e também com a colaboração de Ademar de Barros em São Paulo. Sua vitória na eleição foi graças à estratégia usada de manter-se leal aos tradicionais políticos ruralistas, por meio do PSD, simultaneamente conseguiu apoio eleitoral nas cidades através do PTB. No entanto, não possuía uma sólida base de aliados no Congresso Nacional, uma vez que a UDN era uma forte oposição, e também não obteve o apoio esperado do PSD e do PTB. A justificativa por não receber o apoio desejado destes dois partidos era porque Vargas ao tentar conciliar e atender concomitantemente interesses regionais, partidários e seus próprios interesses, acabou afastando esses partidos de algumas questões estratégicas do governo, gerando assim, insatisfação nos aliados.⁵⁹

No segundo governo Vargas (1951-1954) observa-se o crescimento econômico, o aumento da urbanização e da industrialização, surgindo assim, uma nova classe operária e de

⁵⁷ CARVALHO JR, Celso. A criação da Petrobras nas páginas dos jornais **O Estado de S.Paulo** e **Diário de Notícias**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2005.

⁵⁸ ABREU, Adverci Rates Mendes de. Nacionalismo e entreguismo na luta pela criação da Petrobrás. Dissertação de mestrado. IH – Departamento de Geografia e História – UnB. 1983.

⁵⁹ CARVALHO JR, Celso. A criação da Petrobras nas páginas dos jornais **O Estado de S.Paulo** e **Diário de Notícias**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2005.

outros trabalhadores urbanos e rurais. Dessa forma, o sistema político tinha que atender às demandas da população, enquanto os contrastes da sociedade brasileira reuniam elementos propícios para os conflitos sociais. Por isso, Vargas sentiu a necessidade de retomar o projeto de desenvolvimento industrial por meio da substituição de importações e o aprimoramento da indústria de base.⁶⁰

Neste cenário, o comércio exterior era de grande relevância, pois a obtenção de capitais e tecnologias só seria usufruída se aumentasse a colaboração econômica dos Estados Unidos. Então, Vargas decidiu apoiar os Estados Unidos na Guerra Fria e em troca teria dos norte-americanos o apoio necessário ao desenvolvimento econômico do país. Essa barganha política seria de grande valia, pois além de ajudar no fortalecimento interno do governo, também o ajudaria a conseguir o apoio de diferentes forças. Vargas traçou uma multilateralização das relações internacionais do Brasil, barganhando assim, o apoio político do Brasil aos Estados Unidos em troca da ajuda norte-americana ao desenvolvimento econômico brasileiro. No entanto, não era tão simples assim, uma vez que o cenário internacional não apresentava condições propícias às trocas ou negociações. Além do mais, a campanha "O Petróleo é Nosso" gerou atritos com os Estados Unidos e com as forças sociais conservadoras no Brasil. Desse modo, o nacionalismo e a política externa se tornaram um dos pontos de divergência entre estes dois países. Vargas se sentiu impedido de barganhar com os Estados Unidos por causa dos inflamados embates internos. Assim, acabou falando diretamente com Washington, desagradando a muita gente.⁶¹

Nesse segundo governo, devido aos problemas políticos e econômicos, Vargas enfrentava dificuldades para dominar a política do petróleo porque houve um enfraquecimento do seu apoio por parte dos grupos privados e dos populares, o que tornou a criação da Petrobras bem árdua. Essa ação de Vargas tinha em vista, ainda, o futuro imediato da nação, pois o nosso consumo de petróleo subia em média 20% ao ano desde o fim da Segunda Guerra Mundial, comprometendo aproximadamente 13% do que importávamos em 1951.⁶²

⁶⁰ VIZENTINI, Paulo G. F. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, P. 198-202.

⁶¹ Idem.

⁶² MARTINS, Luis Carlos P. O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas. Dissertação de Mestrado – PUCRS, 2006.

John Wirth⁶³ mostra em seu livro que a Petrobrás foi um dos principais símbolos dos governos de Getúlio Vargas. O monopólio estatal do petróleo estabelecido com a empresa representaria uma etapa fundamental do projeto de desenvolvimento autônomo e popular que Getúlio defendia para o seu segundo governo (1951-1954). No entanto, Vargas propôs uma empresa de economia mista que aceitasse o capital privado, inclusive o estrangeiro, e não estabelecia legalmente o monopólio estatal do petróleo. Quando Getúlio lançou as diretrizes sobre a exploração do petróleo, o tema já era bastante polêmico e a sociedade brasileira estava dividida em correntes doutrinárias e de interesses que debatiam a melhor alternativa para o país.

Sobre a questão das correntes ideológicas em relação à Petrobrás, Luiz Carlos Martins afirma:

De acordo com a historiografia dividiu este debate em duas correntes: de um lado, os que defendiam a exploração do petróleo brasileiro mediante a atração de capital estrangeiro – chamados de “entreguistas”; de outro lado, os que pregavam o monopólio estatal como única alternativa aceitável para a questão – conhecidos como nacionalistas.⁶⁴

Ainda na visão Luiz Carlos Martins, a maior parte da historiografia sobre o assunto associou o presidente e o projeto da Petrobrás à ideologia nacionalista, considerando a implementação do monopólio estatal do setor do petróleo, uma demonstração de grande relevância de seu empenho com o nacionalismo econômico. Nos anos 50, o debate sobre a condução do processo de desenvolvimento econômico foi majoritariamente favorável à corrente que preconizava um papel ativo para o Estado. A maioria dos teóricos do desenvolvimento – os europeus, norte-americanos ou latino-americanos – advogava de um modo ou de outro a intervenção do setor público para viabilizar ou acelerar o processo de desenvolvimento econômico. E a criação da Petrobrás representava uma mudança no modelo de investimento em infraestrutura no Brasil, em particular no setor energético.⁶⁵

⁶³ WIRTH, John D. **A política de desenvolvimento na era de Vargas**. Trad. Jefferson Barata. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1973. P. 161.

⁶⁴ MARTINS, Luis Carlos P. O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas. Dissertação de Mestrado – PUCRS, 2006.

⁶⁵ Idem.

2.3 A criação da Petrobrás

Getúlio Vargas encarregou a Assessoria Econômica da Presidência da República, formada pelo consultor Rômulo de Almeida e alguns técnicos do CNP, para a elaboração do projeto da Petrobras. O presidente acompanhou atentamente os trabalhos da Assessoria, criticando, conduzindo e adequando o projeto as conveniências e necessidades que julgava melhor para o momento. O projeto foi reescrito doze vezes até conseguir reproduzir as pretensões de Vargas sobre a questão do petróleo. O projeto ficou pronto em dezembro de 1951. Este era formado de 31 artigos e possuía uma tabela explicativa sobre elevação dos juros sobre os produtos.⁶⁶

Em 6 de dezembro do mesmo ano, foi encaminhado ao Congresso Nacional com a mensagem presidencial conduzindo o Projeto nº. 1516/51 que previa a formação da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S/A. A proposta de criação da Petrobrás era acompanhada do Projeto nº. 1.517 que sugeria maneiras de financiamento do setor de petróleo. A União subscreveria a totalidade do capital inicial, no valor de Cr\$ 4 bilhões, que seria elevado até 1957 ao valor mínimo de Cr\$ 10 bilhões, a ser subscrito por pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito público ou privado nacionais.⁶⁷

O projeto, traçado pela Assessoria Econômica da Presidência da República, não estabelecia o monopólio estatal de direitos e, além do mais, consentia a participação de investimentos privados e estrangeiros, mas teria o domínio de 51% das ações da companhia então estabelecida. Ordenava a criação de uma empresa majoritária bastante flexível do ponto de vista organizacional em suas subsidiárias e uma distribuição acionária que deveria permitir, por um lado, a participação da companhia em uma sucessão de atividades, sem que fosse preciso o controle estatal completo em todas elas e, por outro lado, assegurar diversas maneiras de obtenção de recursos privados. Como teria declarado Getúlio Vargas, seria uma solução nacionalista, mas "para funcionar".⁶⁸

De acordo com José Luciano de Mattos Dias e Maria Ana Quaglino se o projeto era muito cuidadoso quanto à referência ao monopólio estatal e parecia supervalorizar os recursos fiscais essenciais à composição da companhia, isso devia à suposição de que enfrentaria uma

⁶⁶ DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil**: uma história da PETROBRAS. Rio de Janeiro: FGV, 1993. P. 101.

⁶⁷ ABREU, Adverci Rates Mendes de. Nacionalismo e entreguismo na luta pela criação da Petrobrás. Dissertação de mestrado. IH – Departamento de Geografia e História – UnB. 1983.

⁶⁸ DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil**: uma história da PETROBRAS. Rio de Janeiro: FGV, 1993. P. 101.

oposição conservadora no Congresso Nacional. As primeiras resistências surgiram, todavia, dos setores mais à esquerda. Ainda, em dezembro 1951, o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN)⁶⁹ criticava os pontos ambíguos do Projeto, em sua maior parte relativos à composição acionária que consentia, no ponto de vista do CEDPEN, a associação com as companhias multinacionais.⁷⁰

A primeira fase de debates na Câmara dos Deputados caracterizou-se pela análise do projeto pelas comissões: Comissão de Constituição e Justiça, de Economia, de Finança, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Segurança Nacional. Posteriormente, os relatores das comissões se pronunciaram sobre o projeto. Das cinco comissões, apenas a de Segurança Nacional reprovou o projeto. Em 6 de junho de 1952 foi feita a primeira discussão do projeto 1516/51 que durou até o mês seguinte, sendo oferecidas algumas emendas que depois foram enviadas novamente às comissões para pronunciar sobre as alterações. Na segunda discussão foram acrescentadas ao projeto 24 emendas. Novamente, as comissões deram um parecer sobre o projeto. Finalmente no mês de setembro de 1952 foi realizada a votação que aprovou a redação final com todas as 129 emendas. No dia 29 de setembro o projeto foi enviado ao Senado.⁷¹

No início dos trabalhos das Comissões parlamentares, no início do ano de 1952, o deputado Euzébio Rocha (PTB-SP) já apresentava um substitutivo que pudesse modificar a composição acionária da empresa, ao estabelecer a propriedade integral das ações para a União, os estados e municípios. As subsidiárias seriam consentidas apenas na distribuição de derivados e, além disso, a União obteria 51% das ações. De qualquer modo, a discussão tinha avançado em alguns aspectos. Entretanto, a segurança e a soberania nacionais, a defesa dos recursos naturais do país e o perigo evidenciado pelas grandes multinacionais, permaneciam na linha de frente, porém a ideia de uma autarquia com mais autonomia, de início defendida pelo CEDPEN, via-se totalmente superada pelo modelo de companhia oferecido pelo projeto da Assessoria Econômica.⁷²

⁶⁹ O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP), criado em 1948, sofreu no ano seguinte uma alteração na nomenclatura e passou a se chamar Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN).

⁷⁰ DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS**. Rio de Janeiro: FGV, 1993. P. 101.

⁷¹ ABREU, Adverci Rates Mendes de. Nacionalismo e entreguismo na luta pela criação da Petrobrás. Dissertação de mestrado. IH – Departamento de Geografia e História – UnB. 1983.

⁷² DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS**. Rio de Janeiro: FGV, 1993. P. 102.

Segundo Adverci de Abreu⁷³, o projeto de lei foi submetido ao Congresso Nacional em um cenário político caracterizado por um sistema pluripartidário. Este multipartidarismo foi constatado com a existência de diversos partidos com representação na Câmara. Então, representantes de oito partidos participaram dos debates e da votação do projeto na Câmara dos Deputados. Foram eles: PSD, maioria; UDN, maior oposição; PTB; PSP, PR, PRT, PDC e PL. Além de vários partidos políticos, haviam correntes ideológicas diferentes dentro de um mesmo partido, o que intensificou os debates no parlamento.

A autora ainda ressalta sobre a discussão do projeto na Câmara:

A apreciação do projeto na Câmara, tendeu a obedecer orientação mais pessoal que propriamente partidária. Não se podia apurar se determinado deputado apoiava ou não o Projeto, por pertencer a este ou aquele partido. Ressalva a UDN que constituiu bloco compacto em oposição a ele, não por razões ideológicas mas pragmáticas, porque com isso pretendia solapar a confiança no Presidente, com vista de afastá-lo do cargo.⁷⁴

De acordo com Otávio Dulci⁷⁵, a proposta do governo de uma solução nacionalista que não consistia em um monopólio estatal, talvez, seria com o intuito de contornar as pesadas críticas liberais que se esperava principalmente por parte da UDN. Mas a postura oficial da UDN foi surpreendente. Representada pelo deputado Bilac Pinto, a UDN se manifestou contra a criação de uma empresa de economia mista, defendendo a criação de uma empresa estatal, a Empresa Nacional do Petróleo- ENAPE.

A reviravolta udenista foi vista com suspeita pela maioria da oposição. Bilac Pinto foi acusado de se contradizer em relação ao programa do partido, em resposta as acusações ele replicou:

Desejo contestar a afirmação de que o pronunciamento do novo partido se ache em contradição com seu programa udenista de 1945 sofreu modificações, tendo sido 1949, publicado novo texto, onde se prevê a “utilização de enérgicos no sentido da solução do problema dos combustíveis nacionais principalmente o petróleo e o carvão, como também a nacionalização e socialização dos serviços públicos e sociais, os quais “devem” ser dirigidos diretamente pelo Estado.⁷⁶

A mudança de postura da UDN em relação à questão do petróleo foi vista por alguns como recurso de oposição. Com o aumento da mobilização popular favorável a proposta nacionalista, seria desgastante para a UDN continuar com uma postura liberal sobre o assunto.

⁷³ ABREU, Adverci Rates Mendes de. Nacionalismo e entreguismo na luta pela criação da Petrobrás. Dissertação de mestrado. IH – Departamento de Geografia e História – UnB. 1983.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ DULCI, Otávio. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG - PROED, 1986. P. 112.

⁷⁶ Idem.

Por isso, foi adotada esta manobra de oposição para vencer Vargas dentro de seu próprio campo ideológico.⁷⁷

A respeito dessa medida, Gabriel Cohn⁷⁸ explica que a UDN utilizou do problema do petróleo para mudar o rumo sem perder o ideal liberal. Havia uma diferença que merece destaque entre as formas que o governo e a oposição abordavam o tema. A UDN mesmo que frisasse a dimensão política da questão tratava os assuntos pelo ângulo ético-jurídico, já o governo analisava pelo ponto de vista político administrativo. Essa defesa do monopólio estatal não foi uma decisão unânime dentro da UDN, pois existiam cerca de 15 deputados do partido que eram favoráveis ao projeto da Petrobrás, ou seja, defensores de uma economia mista, como por exemplo, Flores da Cunha e Hebert Levy. Havia, ainda, os que eram favoráveis a uma solução privatista, como Raimundo Padilha e o jornalista Carlos Lacerda.

Esse Projeto de Lei chegou ao Senado Federal em 30 de setembro de 1952 e voltou à Câmara dos Deputados no dia 18 de Junho 1953 para o seu parecer final. Nesse período, o Senado era composto por sessenta e três senadores. Destes, oito se destacaram no debate sobre o Projeto. Sendo que quatro defendiam a nacionalização do petróleo: Landulfo Alves (PTB/BA); Alberto Pasquali (PTB/RN); Kerginaldo Cavalcanti (PSP- RN); e Domingos Velasco (PSB-GO). Os outros quatro eram a favor de uma solução que beneficiasse os investimentos privados: Assis Chateaubriand (PSD-PB); Othon Mader (UDN-PR); Plínio Pompeu (UDN-CE) e Alencastro Guimarães (PTB-RJ). Com as discussões e análises das comissões o projeto recebeu mais 32 emendas de caráter mais liberal, como a implantação do regime de concessões para a indústria petrolífera.⁷⁹

Em 9 de julho de 1953, esse Projeto volta à Câmara dos Deputados que resolve analisar em blocos as emendas do Senado. Em 14 de julho do mesmo ano foi formada uma comissão especial de 15 membros da Câmara para chegar a um parecer final. O Projeto de Lei da Petrobrás foi aprovado depois da rejeição de 14 das 32 emendas apresentadas pelo Senado. A aprovação foi mediante a um acordo do líder da maioria, Gustavo Capanema (PSD) com as bancadas da UDN e do PTB. O projeto aprovado não era completamente nacionalista, e também não agradava totalmente aos interesses do capital privado. Uma vez aprovado o

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ COHN, Gabriel. **Petróleo e nacionalismo**. São Paulo: DIFEL, 1968. P. 135 a 138.

⁷⁹ ABREU, Adverci Rates Mendes de. **Nacionalismo e entreguismo na luta pela criação da Petrobrás**. Dissertação de mestrado. IH – Departamento de Geografia e História – UNB. 1983.

Projeto de Lei Nº 1516/51, Getúlio Vargas sanciona a lei nº. 2004, em 03 de outubro de 1953. Assim criava-se a Petrobrás.⁸⁰

Ana Maria Laurenza diz que resultado foi que Getúlio Vargas cedeu às pressões e a Petrobrás foi criada como uma empresa mista da qual a União tinha o domínio das ações e que deveria explorar, em caráter monopolista, todas as etapas da indústria do petróleo brasileiro, com exceção da distribuição e das refinarias já concedidas. Estabelecendo assim na verdade um meio termo entre a proposta inicial de Vargas e o que a oposição desejava.⁸¹

A questão do petróleo foi e é de grande importância política, econômica e social. Pela sua relevância para o projeto econômico e político do governo de Getúlio Vargas está presente em diversas referências bibliográficas e foi responsável por tanto debate. E a oposição representada intensamente pela figura política de Carlos Lacerda encontrou neste projeto uma arma de ataque contra o governo.

⁸⁰ DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil**: uma história da PETROBRAS. Rio de Janeiro: FGV, 1993. P. 103.

⁸¹ LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer**: o Corvo e o Bessarabiano. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac – São Paulo, 1998. P. 103-106.

CAPÍTULO III – AS CRÍTICAS DE CARLOS LACERDA À CRIAÇÃO DA PETROBRÁS

3.1 As críticas iniciais ao projeto do petróleo

Neste capítulo, serão retratadas as críticas feitas por Carlos Lacerda em seu jornal **Tribuna da Imprensa** à fundação de uma companhia petrolífera brasileira. Nos seus editoriais, ele defendia o seu ponto de vista sobre a questão do petróleo. Na prática, o antinacionalismo de Lacerda e o do jornal **Tribuna da Imprensa** eram, principalmente, um discurso para atacar Getúlio Vargas, e não uma ideologia econômica. Em relação à economia, Carlos Lacerda apresentava uma imagem superficialmente flexível. Na verdade, o jornalista, apesar de sua aliança política e concepções liberais, mostrava ímpetos nacionalistas e desenvolvimentistas. No período de apresentação, tramitação e aprovação do projeto de lei da criação da Petrobrás, Lacerda se dedicava exclusivamente à sua carreira de jornalista. Era diretor e editor do jornal **Tribuna da Imprensa**, onde escrevia um artigo de opinião diariamente para o periódico, como intuito de expressar suas tendências políticas e econômicas.⁸²

A questão do petróleo foi assunto constante no periódico de Carlos Lacerda desde sua fundação até a criação da Petrobrás, e mesmo ao longo dos anos de 1950. As primeiras edições apresentavam uma defesa do liberalismo econômico, ideologia defendida por Carlos Lacerda e também pelo seu partido, a UDN. Isso pode ser observado já na primeira edição do jornal, em 27 de dezembro de 1949, em que Carlos Lacerda fez um artigo introdutório a uma série de quadros explicativos intitulados de “Um projeto para o Brasil”, desenvolvido por Juarez Távora. Na introdução, Lacerda enaltece o projeto e diz concordar com as ideias liberais de Juarez Távora relacionadas à questão do petróleo. No projeto, Távora ressaltava que era importante a participação estrangeira para que houvesse o desenvolvimento da indústria petrolífera, sendo uma das formas citadas pelo general Távora de amenizar as dificuldades econômicas do Brasil naquele período.⁸³

Carlos Lacerda (1964) definiu seu pensamento sobre o nacionalismo em seu livro **O Poder das Ideias**:

⁸² LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer**: o Corvo e o Bessarabiano. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac – São Paulo, 1998. P. 103-106.

⁸³ **Tribuna da Imprensa**, 27 de dezembro de 1949, P. 1.

[...] direi logo que não sou nacionalista e não creio que o seja a UDN, ou não estaria neste partido. Admito que haja nacionalistas na UDN, exatamente porque ela comporta uma área de tolerâncias, em doses razoáveis, honradamente justificáveis. Mas, o que não admito é que se pretenda falar pela UDN como se toda ela fosse de doutrina nacionalista. Nem admito que se pretenda trazer para dentro da UDN o dilema segundo o qual quem não é nacionalista é entreguista, isto é, quem não coloca a Nação acima de tudo coloca-a abaixo de outra nação... considero o nacionalismo, isto é, a ideologia que visa a Nação acima de tudo, uma noção totalitária.⁸⁴

No entanto, a postura antinacionalista de Carlos Lacerda era questionada quando o assunto envolvia o Projeto de Criação da Petrobrás porque Carlos Lacerda se colocou contra o projeto de criação da companhia de petróleo, elaborado pelo governo de Getúlio Vargas. Lacerda afirmava que o projeto varguista não era nacionalista, apesar de a mensagem presidencial que apresentou o projeto ao Congresso Nacional ressaltar o estatismo e o nacionalismo.⁸⁵

Antes mesmo do envio do projeto ao Congresso Nacional, o Jornal do dia 4 de dezembro de 1951 trazia uma denúncia feita pelo Deputado Lobo Carneiro (PRT). O título da reportagem era “O Plano do Petróleo Como Manobra Entreguista do Governo”. Lobo Carneiro acusava o governo de entregar as reservas petrolíferas ao capital estrangeiro. Relatava também que o projeto era mais entreguista do que o Estatuto do Petróleo, pois instituíra uma enorme companhia de economia mista para exploração do produto. A reportagem alertava ainda que o governo difundia uma campanha demagógica para dizer que o projeto era nacionalista.⁸⁶

Na manhã seguinte, após entrega do projeto ao Congresso Nacional, o jornal estampou como manchete principal – com letras garrafais – “COLOSSAL MISTIFICAÇÃO À FÓRMULA VARGAS SOBRE O PETRÓLEO NACIONAL”, como subtítulo: “Todos os inconvenientes da empresa estatal e todos os danos do “entreguismo” e a foto da capa era Getúlio Vargas assinando papéis entregues por Lourival Fontes.⁸⁷ A legenda dessa imagem afirmava que Lourival Fontes apresentava a Vargas a mensagem presidencial que encaminhava o projeto de economia mista, porém assegurava que Lourival Fontes pediu a Vargas para mentir que o projeto que era uma proposta nacionalista para agradar a opinião pública. Abaixo da manchete principal havia um artigo denominado “Afinal os Projetos”,

⁸⁴ LACERDA, Carlos. **O Poder das Idéias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1964. P 126.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ **Tribuna da Imprensa**, 4 de dezembro de 1951, P. 1.

⁸⁷ Lourival Fontes foi nomeado Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no Segundo Governo de Vargas. Era jornalista e defensor da criação da Petrobrás do governo Getúlio Vargas. FGV-CPDOC. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945**: Lourival Fontes. Ver http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lourival_fontes. Acessado em 03/06/2017.

relatando que havia chegado ao Congresso Nacional dois projetos sobre o petróleo: um que criava a Companhia de Petróleo S.A e outro que criava e aumentava impostos para financiar a companhia. O artigo apontava como erro do governo a entrega da indústria petrolífera brasileira para a participação dos grupos estrangeiros e, paralelamente, dizia ainda que o governo se apropriava do dinheiro do povo brasileiro para financiar a empresa. Ao analisar a mensagem presidencial, o artigo também considerava que o maior erro da fala do presidente era ter confirmado o projeto como legislação nacionalista, quando na verdade o projeto era uma negação destas leis.⁸⁸

Ainda nessa edição, na quarta página, Carlos Lacerda escreveu um artigo “Fórmula Vargas: Petróleo para o truste com dinheiro do povo”. Ao analisar o projeto de criação da Petrobrás ressaltou que o presidente Vargas apenas assinou o projeto, elaborado por Rômulo de Almeida juntamente com outras pessoas escolhidas pelo governo. Apontou também, a escolha de uma empresa de economia mista com a intenção de agradar a todos, mas que para o jornalista, não agradava a ninguém. Segundo Carlos Lacerda, apesar do pouco tempo que teve para analisar o projeto, ele já havia encontrado algumas incongruências ao longo dos 30 artigos do projeto. Desses artigos, 6 eram destinados aos direitos dos funcionários do Conselho Nacional do Petróleo. De acordo com o Artigo 13, item III, poderia tornar sócios, pessoas jurídicas de direito privado por meio de alguns requisitos. Esses requisitos, segundo Lacerda, permitiam aos representantes legítimos dos trustes fazerem parte da empresa. Então, Lacerda alegava que essa contingência era surrupiada pela propaganda do Governo. Explicou ainda, que a empresa era formada por nove diretores. Destes, sete eram nomeados politicamente, dos quais quatro eram representantes do governo e três representantes dos Estados, Municípios e das Autarquias. E os outros dois eram nomeados pela Assembleia. Sendo que estes dois últimos aptos para administrar a empresa por preencherem os requisitos técnicos e administrativos.

Carlos Lacerda afirmava que a Companhia iria aplicar uma parte maior de capital para a pesquisa, etapa essa, onerosa e insatisfatória de suas práticas. Dizia, ainda, que de acordo com o Artigo 15, os gestores só seriam remunerados se os dividendos que fossem destinados ao governo chegassem a 6% de todo capital integralizado pela união. Afirmava que a instituição não conseguiria ter lucros se aplicasse muito dinheiro em pesquisa. Assim, de acordo com Lacerda, somente ficariam interessados em uma refinaria caso obtivesse ganho preciso. Dizia, também, que ninguém investiria em uma pesquisa que não obtivesse proventos

⁸⁸ **Tribuna da Imprensa**, 7 de dezembro de 1951, P. 1.

em capital, pois, segundo ele, somente dessa maneira, os gestores poderiam ser remunerados. Na avaliação de Lacerda, esse fato seria um exemplo das várias tapeações do projeto do petróleo.⁸⁹

Conforme Carlos Lacerda, as ações compulsórias, apoderadas impreterivelmente pelo público de acordo com um tributo que retornava disfarçado de ações da empresa, depreciariam prematuramente. Sendo assim, não seria complicado comprar os títulos por "dez reis de mel coado". Com essas ações poderiam adquirir outras e logo as companhias subsidiárias dos trustes poderiam atuar na empresa. A compra de ações da companhia de petróleo nacional por empresas de capital estrangeiro ofereceria até a possibilidade de estas comandarem a Petrobrás, sem nem mesmo ter o compromisso oficial no negócio e sem aplicação de muito capital.⁹⁰

Ainda segundo Carlos Lacerda, no mandato do Presidente Eurico Gaspar Dutra foi autorizada a criação de refinarias e aquisição de petroleiros. Duas dessas refinarias eram: Cubatão e Mataripe. Elas pertenciam ao governo e dariam aos cofres públicos uma quantia não menos que seiscentos milhões de cruzeiros ao ano para investimento em pesquisa. Desse modo, Lacerda concluiu que o Presidente Vargas não necessitaria de mais dinheiro para realizar pesquisas. Na opinião de Carlos Lacerda, o projeto do petróleo ignorava na prática o coletivo e submetia a população brasileira a um sofrimento desnecessário e prejudicial. Na visão de Lacerda, a empresa não necessitaria de mais dinheiro do que aquele que iria receber, uma vez que a Lei nº. 395 que vigorava era suficiente para prover verbas à companhia. Assim, a fórmula apresentada por Vargas era uma ilusão, afirmava Lacerda.⁹¹

Na opinião de Carlos Lacerda, o comércio de títulos e ações no Brasil não conseguiria absorver a imensa quantidade de títulos que era preciso para desenvolver o projeto. Lacerda citou como exemplo o caso da Companhia Siderúrgica de Volta Redonda, cujos recursos privados não chegavam a 10% do total e, também citou a Companhia de São Francisco (CSF), em que o investimento particular não excedia a 7% – uma empresa privada, cedida com concessão. Com lucro certo, equipamentos já encomendados, a CSF necessitou de 240 milhões para constituir seu capital, e, assim mesmo, a arrecadação não ultrapassou 179 milhões. Para Carlos Lacerda, o projeto do petróleo chegava ao devaneio quando supunha que a aplicabilidade de capital adquirido era em demasia se comparado a outros recursos

⁸⁹ **Tribuna da Imprensa**, 7 de dezembro de 1951, P. 4.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Idem.

essenciais ao crescimento da economia brasileira. Lacerda ressaltava também que o Artigo 12 previa o lançamento de um crédito até duas vezes mais que o capital social integral, e afirmava, ainda, que o projeto complementar concedia 25% de encargos sobre combustíveis para a empresa mista de petróleo.

Segundo o jornalista, Getúlio Vargas expressava considerável desconhecimento sobre o assunto do petróleo ao não sancionar uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, que aumentava um pouco as taxas sobre os combustíveis. A alegação do governo era que a lei contribuiria para o aumento dos custos dos transportes e, em consequência disso, o encarecimento da vida da população brasileira. Para Lacerda, Getúlio Vargas, além de confessar aquele despropósito, exercia, na verdade, outro despropósito maior ainda, uma vez que aumentava os preços dos transportes para custear uma empresa em que os trustes tinham lucros certos. Desse modo, criticou Lacerda: a população brasileira iria colaborar com os investidores estrangeiros a abrir seu negócio com o petróleo do Brasil.⁹²

No dia 12 de dezembro de 1951, Carlos Lacerda escreveu o artigo “O Projeto Híbrido do Petróleo”, em que utilizava um espaço no jornal para contestar uma acusação feita por Rômulo Almeida. Rômulo Almeida criticou a **Tribuna da Imprensa** de incongruência porque anteriormente o jornal recriminou Vargas sobre o risco de o governo adotar uma postura nacionalista rígida e improdutiva na questão petrolífera e, depois, este mesmo meio de comunicação acusou o governo de usar o dinheiro do povo.⁹³ Carlos Lacerda responde:

Incongruente quer dizer incompatível. Ora, uma solução rigidamente nacionalista, como anunciava a propaganda oficial (não foi “no escuro”, como pareceu ao sr. Rômulo Almeida, foi a base do que o DIP do Catete mandava publicar, como um desastrado propagandista que se vem revelado), seria, a meu ver, inviável, portanto inconveniente, vem agora o sr. Vargas e aprova os estudos do sr. Rômulo Almeida, convertendo-os em projeto de lei. Qual a orientação desse projeto? A de levantar aqui mesmo, no Brasil, todos os recursos. Portanto incorre no que havíamos condenado. Consequentemente, longe de sermos “incongruentes”, nós fomos absolutamente congruentes. A ser exata a interpretação que o sr. Rômulo Almeida dá ao seu projeto, a incongruência não é nossa e sim do sr. Getúlio Vargas, que anunciou um projeto branco e deu cinzento. Mas éramos - e somos - a favor da participação do capital estrangeiro na pesquisa e exploração do petróleo no Brasil. No entanto, só porque o projeto permite a pessoas jurídicas estrangeiras serem acionistas da companhia Vargas, dizemos, por espírito de oposição, que ele abre a porta aos grupos estrangeiros da indústria petrolífera.⁹⁴

Ainda nesse artigo, Lacerda escreveu em letras garrafais que um dos erros do projeto foi a participação do capital estrangeiro no setor petrolífero brasileiro, uma vez que essa

⁹² Idem.

⁹³ **Tribuna da Imprensa**, 12 de dezembro de 1951. P. 4.

⁹⁴ Idem.

participação seria sem perigo de danos financeiros, sem altos investimentos e sem responsabilidade. Carlos Lacerda ressaltava que ou o governo cortaria a participação de capital estrangeiro, tornando dessa forma, coerente com o discurso de monopólio estatal ou deveria apontar a colaboração estrangeira de maneira mais aberta, pois desse modo, o governo se cercaria de garantias para o controle nacional da empresa, dando aos investidores mais participação e mostrando, também suas responsabilidades. Outro ponto criticado por Lacerda foi o fato de nem o projeto e nem a mensagem presidencial constar a previsão da receita a arrecadar com o financiamento da companhia. Assim, o jornalista afirmava que não era a favor de investimento com capital privado “sem restrição”, mas sim favorável ao capital privado com restrição.⁹⁵ No dia 14 de dezembro, foi publicado a resposta de Rômulo com o título “Recursos Nacionais para o Petróleo”, em que o assistente técnico da presidência falava sobre o orçamento do projeto e quanto seria a arrecadação estipulada para o setor petrolífero.⁹⁶

No Jornal do dia 30 de janeiro de 1952, Carlos Lacerda em seu artigo o “Governo de irresponsável” revela uma conversa sua com Rômulo de Almeida. Ao narrar o diálogo, Lacerda questiona o responsável pela comissão que elaborou o projeto da Petrobrás, Rômulo Almeida, o porquê da escolha de uma fórmula mista para a questão do petróleo, sendo que essa fórmula, da maneira que foi apresentada pelo governo, era diferente de todas as adotadas pelos demais países com experiência na indústria petrolífera. Segundo o jornalista, Rômulo Almeida afirmou não conhecer as experiências dos outros países sobre o assunto. Baseado nesse colóquio, o autor chamou o governo de irresponsável por entregar um projeto sem ao menos ter pesquisado as experiências mundiais em relação ao setor petrolífero. Dessa maneira, Lacerda encerrou esse artigo pedindo calma e cuidado ao Congresso Nacional ao analisar o projeto do petróleo.⁹⁷

3.2 As críticas às discussões do projeto na Câmara

Em 25 de junho de 1952, Carlos Lacerda redigiu um artigo intitulado “O Petróleo de Ninguém”, a respeito do projeto de lei de Criação da Petrobrás que estava sendo discutido na Câmara. Nele afirmava que o Congresso Nacional só tinha dois caminhos: a implantação de

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ **Tribuna da Imprensa**, 14 de dezembro de 1951. P. 1 e 10.

⁹⁷ **Tribuna da Imprensa**, 30 de janeiro de 1952. P. 4.

um monopólio estatal ou de uma empresa mista. Apesar de considerar apenas a existência de duas possibilidades, Carlos Lacerda era contra as duas porque considerava que o projeto do Estatuto do Petróleo, que fora arquivado, era uma solução mais rápida, prudente e muito mais elaborada do que os projetos em tramitação no Congresso. Acreditava que o projeto de criação da Petrobrás era um equívoco por ter sido elaborado por pessoas despreparadas. Reforçava ainda, que o projeto tinha um único idealizador, o qual segundo o jornalista, não possuía saberes suficientes para elaborar um projeto importantíssimo para o Brasil. Apesar das críticas, Lacerda considerava que os deputados já possuíam uma opinião formada, e que para ele, por algum tempo, o petróleo permaneceria sendo “de ninguém”.⁹⁸

No dia 26 de junho de 1952 voltou a tratar sobre a questão do petróleo em o artigo “Petróleo e Demagogia”, afirmando que se cumprido o que o projeto da companhia petrolífera estabelecia ao invés do governo achar uma solução econômica adequada para o problema, faria apenas uma propaganda política. A demagogia do governo transformou a questão do petróleo em pauta política, quando deveria ser econômica. Lacerda acusava ainda a Câmara dos Deputados de também estar preocupada apenas em defender ideologias políticas, esquecendo de buscar uma solução econômica para o setor petrolífero.

Apesar de considerar o projeto da Petrobrás uma solução demagógica, Lacerda preferia o projeto com participação de capital privado ao monopólio do Estado, que também tramitava no Congresso Nacional. Na visão de Carlos Lacerda, se havia dúvida dos parlamentares apenas entre estes dois projetos, seria melhor que a Câmara decidisse pelo projeto de Criação da Petrobrás, pois pelo menos este projeto teria alguém como responsável – o governo –, e assim o povo brasileiro quando estivesse na miséria poderia ter de quem cobrar.⁹⁹

No Artigo “A Comédia do Petróleo e o Drama do Brasil”, o autor relata que o governo e a UDN estavam unidos para apresentar ao Brasil a fórmula do “Petróleo é Nosso”, mantendo o setor petrolífero submetido ao controle estatal. Carlos Lacerda criticou a aliança da UDN com o governo, pois considerava o controle estatal inviável e afirmou que o objetivo de Getúlio Vargas e da UDN era apenas buscar o apoio popular. Carlos Lacerda era contra a postura de seus colegas de partido favoráveis ao controle do Estado, pois, a seu ver, estes estavam desonrando seus eleitores, uma vez que renegavam aos princípios da UDN. Além disso, para o jornalista, tanto o governo quanto alguns udenistas estavam apenas alimentando

⁹⁸ **Tribuna da Imprensa**, 25 de junho de 1952. P. 4.

⁹⁹ **Tribuna da Imprensa**, 26 de junho de 1952. P. 4.

a ilusão dos brasileiros que acreditavam que o Estado conseguiria controlar o setor petrolífero sem ajuda dos trustes. Assim, deixando de lado a realidade mundial e as verdadeiras necessidades do país, Lacerda finalizava o artigo dizendo que o projeto do petróleo foi apenas um teste, o qual provou a falta de políticos maduros e comprometidos com as reformas necessárias para melhorar a situação econômica do Brasil.¹⁰⁰

Em 1º de setembro de 1952¹⁰¹, quando o projeto de lei da criação da Petrobrás foi para a votação na Câmara dos Deputados, no artigo, “Patriotismo e Petróleo”, o jornalista admitiu a existência de um acordo entre os deputados favorável ao projeto do governo, mas continuou suas críticas. Como o projeto teria que passar pelo Senado Federal, Lacerda nutria expectativas de ser ouvido em relação a sua defesa sobre a questão do petróleo. Dessa forma, o opositor apontou suas convicções e reagiu ao que denominou de demagogia:

Não pode resolver sozinho, e muito menos com capital do Estado, o seu problema de combustível. 2. Não tem por que recear imperialismos e outros fantasmas que assustam os tímidos e são, em última análise, instrumentos incomparáveis das forças interessadas na paralisação da economia brasileira e num eventual colapso do país. 3. Não pode e não deve prejudicar todas as outras atividades econômicas que exigem inversão de capital, no país, para concentrar-se exclusivamente em petróleo – e esta concentração absorvente seria a única fórmula de atender, com o monopólio de Estado, à necessidade que tem o país de criar, aqui, no mais breve prazo possível, uma indústria petrolífera.¹⁰²

No artigo “A Responsabilidade da Câmara”, Carlos Lacerda comentava a votação do projeto na Câmara, dizendo que a irmandade entre governo e a UDN colocou os interesses políticos acima das necessidades reais do país, e com isso, aprovou o projeto do petróleo. Lacerda repreendeu a oposição, principalmente a UDN, por concordar com o governo. Afinal, o governo só teria colocado a participação de capital privado no projeto para evitar maiores confrontos com a oposição. A UDN, ao constatar o apelo popular pelo “Petróleo é Nosso”, acabou por defender ideias que comporiam a propaganda do governo. Com isso, a popularidade que a UDN planejava conquistar, defendendo o controle do Estado nos negócios do petróleo com a aprovação do projeto, acabou dando essa popularidade de presente a Getúlio Vargas.¹⁰³

No editorial do jornal **Tribuna da Imprensa**, publicado no dia 24 de fevereiro de 1953, cujo título era “A Desculpa dos Fariseus”, Carlos Lacerda fazia críticas a Getúlio

¹⁰⁰ **Tribuna da Imprensa**, 26 e 27 de julho de 1952. P. 4.

¹⁰¹ **Tribuna da Imprensa**, 01 de setembro de 1952. P. 4.

¹⁰² Idem.

¹⁰³ **Tribuna da Imprensa**, 3 de setembro de 1952. P. 4.

Vargas em relação à seca do Nordeste. Neste comentário Lacerda acusou o governo de não ter enviado um bilhão de cruzeiros para a seca, que segundo o jornalista, a constituição determinava que fosse reservado 3% da receita da união para amenizar os efeitos da seca no Nordeste. Um dos principais motivos, na opinião de Carlos Lacerda, de o governo não disponibilizar desse dinheiro foi porque Getúlio Vargas teve que gastar com a importação de combustíveis, pois assim o presidente se recusou a garantir uma empresa petrolífera sem demagogias governamentais. Lacerda, afirmou ainda, que os políticos teriam que entender que mesmo sem o petróleo os ricos permaneceriam ricos. Ao contrário dos pobres que sem o petróleo acabariam na miséria.

3.3 As críticas às decisões finais do Congresso

O jornal **Tribuna da Imprensa** do dia 10 de março de 1953¹⁰⁴, apresentava um artigo nomeado “‘Petrobrás’ exploração do petróleo pelas três formas: 1- Estatal; 2-mista; 3-privada”, que comentava a emenda do senador Othon Mader (UDN), aprovada na Comissão de Transportes do Senado. O objetivo desta emenda era garantir a concessão da exploração do petróleo por empresas privadas, tomando todo cuidado possível para não prejudicar a exploração do petróleo pelo Estado, aumentando assim, as possibilidades para a extração do petróleo ao aceitar a colaboração do capital privado. Este artigo salienta a importância da emenda, pois seria um fracasso para a economia a criação de uma empresa estatal monopolística. Considera que o setor privado teria melhores condições para a exploração do petróleo porque de acordo com o artigo, com a exploração do petróleo pela iniciativa privada, a classe trabalhadora seria a mais beneficiada, uma vez que a legislação trabalhista era eficiente quando aplicada pelo setor privado e ineficiente quando aplicada pelo Estado.

No dia 19 de agosto de 1953¹⁰⁵, o periódico informa que das 32 emendas oferecidas pelo Senado, esta e outras 13 emendas foram recusadas na Câmara. A recusa das 14 emendas, de acordo com o jornal, foi resultado da manifestação da tendência monopolista do Deputado Lúcio Bittencourt ao ter relatado as emendas oferecidas pelo Senado, conseqüentemente, emendas importantes tiveram um parecer contrário. Como a reprovação das emendas nº. 11 e nº. 12 que permitiriam que as sociedades de economia mista fossem acionistas. E também, da emenda nº. 13 que garantiria a eleição de um diretor e de um conselheiro para a Petrobrás.

¹⁰⁴ **Tribuna da Imprensa**, 10 de março de 1953. P. 3.

¹⁰⁵ **Tribuna da Imprensa**, 19 de agosto de 1953. P. 1.

Com a rejeição da emenda, o Presidente da República seria responsável pelas nomeações para esses cargos. O veículo de comunicação ressalta, ainda, a reprovação da emenda nº. 32 que abriria as portas da Petrobrás para a participação do capital privado.

No dia seguinte, Carlos Lacerda analisou o parecer que o deputado Lucio Bittencourt iria ler na Comissão Especial. Firmou que este retroagiria o projeto da Petrobrás a um hostil nacionalismo que o Senado Federal tentou suavizar. Ressaltou que, de acordo com o novo parecer, a entrada de capital estrangeiro na companhia seria possível apenas na forma de empréstimo. Relatou também a defesa de Lúcio Bittencourt: era contra abrir as portas ao capital estrangeiro e dizia estar perplexo de o Senado não ter salientado para os riscos que essa abertura traria à soberania nacional. Para o jornalista, esta bandeira nacionalista, levantada por Bittencourt e por outros deputados, estava sendo desmistificada, pois com o tempo as pessoas estavam compreendendo que a nacionalização do petróleo era uma arma de isolamento do país no cenário mundial. Sendo assim, uma forma encontrada por comunistas para enfraquecer as nações que pretendiam subjugar. Aponta ainda, que esse caminho contrário à iniciativa privada e à aplicação do capital estrangeiro, o qual o relator do projeto insiste em defender era um retrocesso para o Brasil, pois o mundo estava na direção oposta a do relator.¹⁰⁶

A assinatura do projeto de lei de criação da Petrobrás pelo presidente Getúlio Vargas¹⁰⁷ e também a publicação no Diário Oficial desse ato, que sancionou o projeto de lei do Congresso instituindo a Companhia Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás)¹⁰⁸, não tiveram destaque no jornal **Tribuna da Imprensa**, sendo apenas utilizados pequenos quadros informativos para divulgar a notícia. Assim, não houve nenhum comentário sobre o assunto por parte do redator do periódico, Carlos Lacerda.

Carlos Lacerda, ao publicar na **Tribuna da Imprensa** suas críticas com relação ao projeto de criação da Petrobrás, usou o seu veículo de comunicação como instrumento político, isto é, fez do seu jornal uma "caixa de ressonância" que expandiu suas posições políticas e econômicas sobre a questão do petróleo. Este tema foi utilizado como forma de ataque ao governo, agigantando a figura de Carlos Lacerda como o principal opositor a Getúlio Vargas.

¹⁰⁶ **Tribuna da Imprensa**, 20 de agosto de 1953. P. 5.

¹⁰⁷ **Tribuna da Imprensa**, 3-4 de outubro de 1953. P. 1.

¹⁰⁸ **Tribuna da Imprensa**, 5 de outubro de 1953. P. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão do petróleo, em vista de sua grande importância para desenvolvimento das nações tanto em período de paz quanto de guerra, tornou-se um forte motivo de discordância entre ideologias políticas e econômicas diferentes. Isso pode ser notado quando Getúlio Vargas submeteu o projeto de lei propondo a criação da Sociedade por Ações do Petróleo Brasileiro S/A. Esse projeto gerou insatisfação tanto aos favoráveis ao governo quanto à oposição, ocasionando uma verdadeira disputa entre os defensores do nacionalismo e os favoráveis à participação do capital estrangeiro no setor petrolífero.

A necessidade de encontrar uma solução nacionalista para o projeto da Petrobrás foi imposta pela ampla repercussão que teve a questão do petróleo, devido à pressão de diversas camadas sociais para a vitória do nacionalismo. Esta pressão foi oriunda da gravidade da situação econômica do país, que se via cada vez mais endividado com a importação de combustíveis. A exploração do petróleo por uma companhia com controle estatal era vista por muitos como a fórmula para se conquistar a futura independência econômica do país.

Diante das disputas e controvérsias sobre o modelo a ser adotado para a exploração do petróleo, o presidente Getúlio Vargas passou a adotar uma política de conciliação. Ao mesmo tempo em que fazia concessões à oposição, defendia a nacionalização do projeto. Entretanto, a aprovação do projeto do petróleo só foi possível graças ao acordo entre o líder da maioria, Gustavo Capanema (PSD), com as bancadas da UDN e do PTB. Sendo assim, a solução para a questão do petróleo não foi totalmente nacionalista, pois deixou brechas na legislação para a participação de capital externo.

Durante o período de apresentação, trâmite e aprovação do projeto de lei da Petrobrás, o jornalista Carlos Lacerda utilizou o seu jornal **Tribuna da Imprensa** para divulgar sua visão sobre a questão do petróleo, e principalmente, para criticar de forma árdua, dramática e ofensiva o projeto e, conseqüentemente, Getúlio Vargas. Lacerda não mantinha uma linha de raciocínio quando seu intuito era atacar o governo. Desta maneira, acabava sendo contraditório em seu discurso. Pode-se observar em seus primeiros artigos publicados no jornal **Tribuna da Imprensa** sobre o projeto de lei de criação da Petrobrás chamou o governo Vargas de “entreguista”, embora Carlos Lacerda tivesse uma ideologia liberal. Quando questionado sobre esta contradição, ele afirmou que o projeto não tinha coerência ideológica e conseguia usar este questionamento para atacar novamente o governo, colocando em prática todo seu poder de persuasão e eloquência.

Ao analisar os artigos assinados por Lacerda publicados no jornal **Tribuna da Imprensa**, percebe-se o uso da difusão jornalística para influenciar a opinião dos leitores contra o governo Vargas e sua proposta de solução para o petróleo, ou até mesmo, a utilização do meio de comunicação como forma de pressionar o governo para tentar mudar os rumos das discussões e decisões sobre a questão do petróleo.

A figura de Carlos Lacerda é lembrada por defensores do controle estatal da companhia como um opositor da nacionalização da empresa e favorável à entrega da exploração do petróleo brasileiro às empresas estrangeiras. O petróleo e a Petrobras ainda hoje são temas de polêmicas discussões políticas, visto que questões como o controle estatal da empresa ainda é tema recorrente na mídia.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes.

Lei nº. 2.004, de 3 de outubro de 1953. Ver:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2004.htm. Acessado em 22/06/2017.

Projeto de lei PL 1516/1951. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=193089>.
 Acessado em 25/05/2017.

Projeto de lei PL 1517/1951. Disponível em:
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=193101>.
 Acessado em 28/05/2017.

Tribuna da Imprensa (1949- 1954). Ver:
http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pagfis=12522. Acessado
 21/06/2017.

Referências bibliográficas.

ABREU, Adverci Rates Mendes de. Nacionalismo e entreguismo na luta pela criação da Petrobrás. Dissertação de mestrado. IH – Departamento de Geografia e História – UnB. 1983.

ABREU, Alzira Alves; LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.**

BENEVIDES, Maria Vitória. **A UDN e o udenismo: as ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-65)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOURNE, Richard. **Getúlio Vargas, A esfinge dos pampas**. São Paulo: Geração Editorial, 2012.

CARVALHO JR, Celso. A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de S.Paulo e Diário de Notícias. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Assis-SP, 2005.

COHN, Gabriel. **Petróleo e nacionalismo**. São Paulo: DIFEL, 1968.

D'ARAUJO, Maria Celina S. (org.) **As Instituições brasileiras da Era Vargas**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ – Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

_____. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves, Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: _____; FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil republicano** – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELGADO, M. Paiva. O jornalista e o político Carlos Lacerda nas crises institucionais de 1950-1955. In: **Primeiro Colóquio do LAHES** - 13 a 16 de Junho de 2005, Juiz de Fora. 2005

DELGADO, Márcio de Paiva. Lacerdismo: a mídia como veículo de oposição na experiência democrática (1946-1964). In **Locus, Revista de História**. Juiz de Fora, Novembro/2016. P.03. Ver <https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2703/2105>. Acesso em 30/05/2017.

DIAS, José Luciano de Mattos; QUAGLINO, Maria Ana. **A questão do petróleo no Brasil: uma história da PETROBRAS**. Rio de Janeiro: FGV, 1993.

FGV-CPDOC. E ele voltou... o Brasil no segundo governo Vargas: Carlos Lacerda. Ver http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos_lacerda. Acessado em 03/06/2017. Acessado em 03/06/2017.

_____. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945: Lourival Fontes. Ver http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/lourival_fontes. Acessado em 03/06/2017.

DORATIOTO, Francisco Fernando; DANTAS FILHO, José. **De Getúlio a Getúlio: o Brasil de Dutra e Vargas; 1945 a 1964**. 6 ed. São Paulo: Atual, 1991.

DULCI, Otávio. **A UDN e o Anti-populismo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG - PROED, 1986.

DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda. A vida de um lutador**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 1, 1992.

FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003.

LACERDA, Carlos. **Rosas e pedras no meu caminho**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 2001.

_____. **O Poder das Idéias**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1964.

LAMBLET, Luciana; NASCIMENTO, Thalitha Sabóia; PÊGAS, Karen Garcia. A UDN, o inimigo e a vigilância: uma proposta de análise historiográfica. In **Revista Eletrônica Novo Enfoque**, ano 2013, v. 16, n. 16, p. 01-12. Ver http://www.castelobranco.br/sistema/novoenfoco/files/16/1_LucianaLamblet_140613_VF.pdf. Acesso em 30/05/2017.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. **Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano**. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac. São Paulo. 1998.

MARTINS, Luis Carlos P. O processo de criação da Petrobras: imprensa e política no segundo governo Vargas. Dissertação de Mestrado – PUCRS, 2006.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O Destruidor de Presidentes: a trajetória política de Carlos Lacerda, 1930-1968**. São Paulo: Códex, 2002.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriçá. **O Petróleo é Nosso: A luta contra o “entreguismo” e pelo monopólio estatal**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PINHEIRO NETO, João. **Carlos Lacerda, um raio sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

VIZENTINI, Paulo G. F. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WIRTH, John D. **A política de desenvolvimento na era de Vargas**. Trad. Jefferson Barata. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1973.